



# PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS

CEP 38.490-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS

PROJETO DE LEI Nº 99/94.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A BANDA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

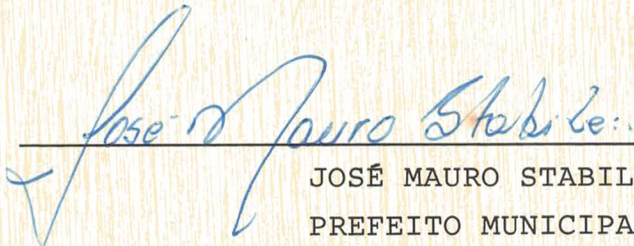
A Câmara Municipal de Indianópolis, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais aprovou e eu Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Banda Municipal de Indianópolis, com sede do Município de Indianópolis, criada pela Lei Municipal nº 963, de 30 de dezembro de 1992.

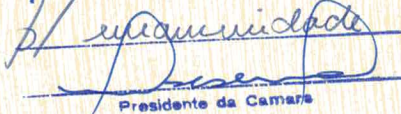
Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Indianópolis-MG, 24 de fevereiro de 1994

  
JOSÉ MAURO STABILE  
PREFEITO MUNICIPAL

Aprovado em 28 / 3 / 94

  
Presidente da Câmara





# PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS

CEP 38.490-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS

## J U S T I F I C A T I V A

Senhor Presidente,

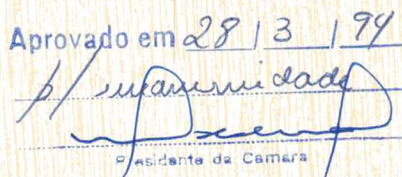
Senhores Vereadores,

Sendo a música, a mais linda ninfa que encanta, inebria a enaltece a alma e os sentimentos humanos, nada mais justo do que esta lei reconhecendo a instituição Banda de Música de Indianópolis como utilidade pública, dando importância e fortificando assim os laços entre a cultura e o Município, entre a alma e o benfazejo enlevo que a tantos encanta, minimizando sofrimentos e enriquecendo a conduta d'alma.

Será de muito bom grado tê-la como reconhecida o que em muito facilitará outrossim o engajamento desta instituição' no mundo colorido do devaneio, inclusive facilitando a obtenção de recursos provindos de fontes da área de cultura.

Prefeitura Municipal de Indianópolis-MG, 24 de fevereiro de 1994

  
JOSE MAURO STABILE  
PREFEITO MUNICIPAL

Aprovado em 28/3/94  
  
Presidente da Câmara



ESTATUTO DA "BANDA DE MÚSICA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS"

INDIANÓPOLIS - MG

C A P Í T U L O   I

Da Fundação, Sede, Denominação e Cores

Art. 1º - A corporação musical de Indianópolis-MG, fundada em 02/07/90 pelo Sr. Wesley José da Rocha Naves, Prefeito Municipal e pelos maestros Antônio Eustáquio Cardoso e João Batista da Silva e outros músicos voluntários, que por iniciativa do Sr. Prefeito Municipal criaram a entidade musical.

§ - A aquisição de todo instrumental, inclusive uniforme foi efetuado pela Prefeitura Municipal de Indianópolis.

Art. 2º - A corporação musical tem como sede provisória o Salão do Clube Social e Recreativo de Indianópolis, situado à rua Irineu Alves Rabêlo, nº 110 - centro nesta cidade.

Art. 3º - A corporação musical tem a denominação de "BANDA DE MÚSICA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS", tendo como patrono o professor e maestro Bonifácio Batista Vieira que outrora atuou nesta cidade prestando relevantes serviços para enriquecimento do patrimônio cultural e artístico do Município.

Art. 4º - As cores de uniforme a serem utilizados pela banda serão: Preta e Cinza.

Art. 5º - A banda de música terá como maestros os professores: Antônio Eustáquio Cardoso e João Batista da Silva.

C A P Í T U L O   II

Dos Objetivos

Art. 6º - Tem a corporação musical a finalidade de enriquecer o patrimônio artístico e cultural do município de Indianópolis, bem como participar de festividades cívicas, religiosas e sociais dentro e fora do Município de acordo com as condições.



Art. 7º - A corporação musical prestará serviços a qualquer entidade e/ou órgão ou pessoa de acordo com as normas e condições estabelecidas, mediante contrato de prestação de serviços com remuneração a ser estabelecida pelo maestro.

Art. 8º - Como incentivo e valorização da Banda, a mesma executará e promoverá retretas em praças, logradouros públicos e outros locais adequados.

### C A P I T U L O    I I I

#### Dos Membros

Art. 9º - Poderão fazer parte da corporação musical, os maestros, músicos e pessoas interessadas no desenvolvimento cultural e artístico do Município.

Art. 10 - Os membros da corporação musical poderão ser:

- a) Honorários;
- b) Beneméritos;
- c) Efetivos.

Art. 11 - Serão membros honorários as pessoas que tiverem prestado relevantes serviços à corporação musical e a comunidade na área artística e cultural do Município.

Art. 12 - Serão membros beneméritos as pessoas que contribuírem de alguma forma para o enriquecimento, engrandecimento e manutenção da banda de música.

Art. 13 - Serão membros efetivos:

- a) Os Fundadores;
- b) Os Maestros;
- c) Os Músicos.

### C A P I T U L O    I V

#### Dos Deveres e Direitos dos Membros

Art. 14 - Serão deveres dos membros efetivos:





- a) - Contribuir para o engrandecimento da corporação musical;
- b) - Cumprir os regulamentos, obedecer a diretoria;
- c) - Aceitar e exercer os cargos quando escolhidos;
- d) - Comparecer aos ensaios, apresentações e reuniões com pontualidade;
- e) - Cooperar de toda forma possível para o desenvolvimento da entidade.

Art. 15 - São direitos dos membros efetivos:

- a) - Propor e incentivar a adesão de novos membros para a entidade;
- b) - Propor e discutir assuntos de interesse da banda de música;
- c) - Receber cotas e/ou remunerações que lhe facultar por serviços prestados.

## C A P I T U L O   V

### Da Diretoria

Art. 16 - A corporação musical terá uma diretoria composta de:

- a) - Maestro;
- b) - Contra-mestre;
- c) - Secretário;
- d) - Tesoureiro;
- e) - Diretor Executivo;
- f) - Supervisor;
- g) - Presidente de Honra;
- h) - Conselho fiscal composto por 3 membros;
- i) - Três suplentes.

§ 1º - Os maestros serão músicos e/ou professores que tenham conhecimentos e saibam executar a arte de reger banda de música.

§ 2º - O presidente de honra será escolhido pela diretoria entre as pessoas da comunidade que mais se destacarem na sustentação e manutenção da entidade.

## C A P I T U L O   VI

### Das Competências





**Art. 17 - Compete aos maestros:**

- a) Cuidar do repertório e partituras da banda de música;
- b) Convocar e orientar os ensaios, da corporação musical;
- c) Zelar pela boa apresentação da banda de música;
- d) Zelar pela disciplina e fazer cumprir os horários fixados;
- e) Formar músicos quando a corporação musical necessitar;
- f) Prestar homenagens em nome da banda aos cidadãos que se destacarem no aprimoramento da entidade;
- g) Representar a entidade em eventos oficiais e/ou reuniões de interesse da banda.

**Art. 18 - Compete ao Contra-mestre:**

- a) Substituir o maestro em alguma eventualidade;
- b) Zelar pelo bom êxito da banda de música;
- c) Cooperar com o maestro no cumprimento das outras funções;
- d) Manter escala para a conservação dos instrumentos da banda e local de ensaios.

**Art. 19 - Compete ao Secretário:**

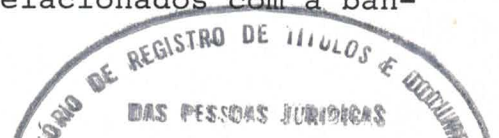
- a) Participar de todas as reuniões da entidade;
- b) Lavrar atas das reuniões da Banda de música;
- c) Manter em dia o arquivo de documentos da banda;
- d) Manter registros de datas de aniversários dos músicos e pessoas, ligadas a banda de música, bem como dados pessoais dos mesmos;
- e) Receber e responder toda correspondência da entidade.

**Art. 20 - Compete ao Tesoureiro:**

- a) Receber e contabilizar recursos financeiros e/ou contribuições em favor da corporação musical;
- b) Efetuar pagamentos aos músicos;
- c) Prestar conta mensalmente de verbas arrecadadas pela entidade;
- d) Trazer em dia os livros de registro do movimento financeiro;
- e) Apresentar balancete semestralmente.

**Art. 21 - Compete ao diretor executivo:**

- a) Procurar apoio e incentivo junto aos órgãos competentes para engrandecimento da entidade;
- b) Realizar viagens para tratar de assuntos relacionados com a banda;





- c) Cuidar de hospedagens e alimentação para a corporação musical ' quando em apresentações fora e dentro do município.

Art. 22 - Compete ao Supervisor:

- a) Supervisionar os locais determinados para as apresentações da banda;  
b) Conferir o instrumental inclusive uniforme da banda constatemente;  
c) Auxiliar o diretor executivo para que seja cumprido as exigências a ele atribuídas.

C A P I T U L O VII

Das Disposições Gerais

Art. 23 - A escolha da diretoria será feita na primeira quinzena de janeiro, com mandato de duração de 02 (dois) anos.

Parágrafo Único - A eleição da Diretoria será realizada a cada 2 (dois) anos, através de voto direto e aberto, após 30 dias de afixado o Edital de convocação.

Art. 24 - Terá como data comemoração de aniversário, da Banda de Musica Municipal de Indianópolis, o dia 02 de julho.

Art. 25 - A posse da diretoria será logo após a escolha dos novos membros.

Art. 26 - As remunerações dos músicos será estabelecida pelos maestros de acordo com as seguintes exigências:

- a) Assiduidade;  
b) Competência;  
c) Zelo;  
d) Organização;  
e) Disciplina;  
f) Comportamento.

Art. 27 - Todo músico é responsável pelo fiel zelo do instrumental e uniforme sob sua responsabilidade.





Art. 28 - O músico que abandonar os ensaios e compromissos da banda constantemente será excluído da banda, ficando obrigado a devolver o instrumental e uniforme sob seu uso.

Art. 29 - Este estatuto poderá ser modificado de acordo com as necessidades e deliberações da diretoria.

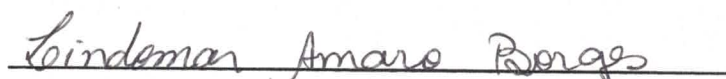
Art. 30 - Os casos omissos serão resolvidos pela diretoria.

Art. 31 - Fica eleito o Foro da Comarca de Araguari, Estado de Minas Gerais, para dirimir as questões judiciais relativas ao presente Estatuto.

Art. 32 - O presente estatuto entra em vigor na data de sua publicação.

Indianópolis-MG, 2 de julho de 1990

  
JOÃO BATISTA DA SILVA  
PRESIDENTE/MAESTRO

  
LINDOMAR AMARO BORGES  
SECRETÁRIO

Apresentado para registro e apontado  
sob n.º de ordem 5002 no Protocolo  
A N.º 4  
REGISTRADO no livro 403 N.º 2 sob  
número de ordem 403 nesta data  
Araguari, 14 de maço de 1994

  
Maria Cecília de Aguiar Tavares  
Oficial Substituto





$18,692 - x$ 

21

18 694-Y

695 - X

696 - Y

.696 -  $\lambda$ .

7.578 - 656.743 - D - X

18.788 - 174.035 - 0-Y

7.632 - 656.794 - D - X

7.529 - 656.685 - D - X

7 534 - 656 691 - D - Y

500 400 300 200 100 0

1457-002 785-D-Y

00 - 658,686 - D - XXX

555 - 656.728 - D - X

580 - 656.732 - D - X

610 - 656 753 - D - Y

609 - 656752 - D - X

7 685 - 659 721      x

$$7.684 = 659.720 - Y$$

687 - 659 723 - X



Ata da Assembléia Geral de constituição da Corporação Musical de Indianópolis, Estado de Minas Gerais. Aos 2 (dois) dias do mês de julho de hum mil novecentos e noventa no salão nobre da sede do Clube Social e Recreativo de Indianópolis, sita-se à rua Iri-  
neu Alves Rabêlo, número cento e dez, sede provisória da Corporação Musical de Indianópolis. As vinte horas reuniram-se em assembléia geral, músicos e pessoas distintas da comunidade local interessadas no desenvolvimento cultural e artístico, para constituição da Corporação Musical do Município, sob a regência dos Maestros: Antonio Eustáquio Cardoso e João Batista da Silva. Considerando que a finalidade da assembléia seria a deliberação para a regularização e constituição da Corporação Musical de Indianópolis, aprovação do estatuto, eleição para escolha dos membros da diretoria e do nome da entidade, assumiu a presidência da mesa o sr. João Batista da Silva, que convidou o maestro/músico Antonio Eustáquio Cardoso para secretário "ad-hoc" da reunião. Prossequindo os trabalhos, o presidente da mesa fez um breve relato sobre a necessidade de regularização da entidade, declarando que passaria em seguida à escolha e votação de elementos para os seguintes cargos: Presidente/Maestro, Contra-mestre, Secretário, Diretor Executivo, Supervisor, Tesoureiro, Presidente de Honra, Conselho Fiscal composto de três membros sob a presidência do primeiro e três suplentes, sendo que seria de dois anos o mandato da diretoria. Após discussão entre o presidente e os presentes, foi apresentada a seguinte chapa: Presidente/Maestro: João Batista da Silva, Contra-Mestre: Antonio Eustáquio Cardoso, Secretário: Lindomar Amaro Borges, Tesoureiro: João de Oliveira, Diretor Executivo: Fábio Alves de Almeida, Supervisor: Marlos Alves de Almeida, Presidente de Honra: Wesley José da Rocha Naves, Conselho Fiscal: João Evangelista de Almeida, Sebastião Aparecido Izidoro, Izione José Ramos, Suplentes: Flávio José Ribeiro, Noberto Fernandes Braga, Romes Fernandes Pereira. O sistema de eleição foi por "aclamação", que recebeu o apoio unanime por todos os presentes. Os eleitos foram empossados em seus respectivos cargos. Em seguida assumiu os trabalhos, da mesa a diretoria eleita que passou para discussão e aprovação o estatuto da entidade que estabelece normas, formas e regulamentação. Após lido e discutido entre os presentes, o estatuto apresentado foi aprovado por unanimidade, podendo sofrer alterações de acordo com as necessidades. Dando sequência aos trabalhos, o presidente/maestro colocou em discussão a escolha para denominação social da entidade, sendo que foram apresentados diversos nomes, ficando de concenso entre os presentes: "Banda de Música Municipal de Indianópolis, tendo como Patrono o ex-professor/maestro: "Bonifácio Batista Vieira", que outrora atuou neste município como maestro da antiga Corporação Musical, contribuindo assim para o enriquecimento e desenvolvimento cultural e artístico do município, além de ter escrito diversas partituras de variadas músicas. A seguir o presidente/maestro agradeceu a presença de todos declarando que trataria dos respectivos registros da entidade, bem como reconhecimento da Banda de Música Municipal de Indianópolis, junto aos órgãos competentes. Nada mais a tratar, o presidente /maestro deu por encerrada a assembléia, e pediu para que fosse lavrada a presente ata que seria devidamente assinada após aprovação. Indianópolis-MG, dois de julho de hum mil novecentos e noventa.

Lindomar Amaro Borges João Batista da Silva



# ESTATUTO DA "BANDA DE MÚSICA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS"

## INDIANÓPOLIS - MG

### C A P I T U L O   I

#### Da Fundação, Sede, Denominação e Cores

Art. 1º - A corporação musical de Indianópolis-MG, fundada em 02/07/90 pelo Sr. Wesley José da Rocha Naves, Prefeito Municipal e pelos maestros Antônio Eustáquio Cardoso e João Batista da Silva e outros músicos voluntários, que por iniciativa do Sr. Prefeito Municipal criaram a entidade musical.

§ - A aquisição de todo instrumental, inclusive uniforme foi efetuado pela Prefeitura Municipal de Indianópolis.

Art. 2º - A corporação musical tem como sede provisória o Salão do Clube Social e Recreativo de Indianópolis, situado à rua Irineu Alves Rabêlo, nº 110 - centro nesta cidade.

Art. 3º - A corporação musical tem a denominação de "BANDA DE MÚSICA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS", tendo como patrono o professor e maestro Bonifácio Batista Vieira que outrora atuou nesta cidade prestando relevantes serviços para enriquecimento do patrimônio cultural e artístico do Município.

Art. 4º - As cores de uniforme a serem utilizados pela banda serão: Preta e Cinza.

Art. 5º - A banda de música terá como maestro os professores: Antônio Eustáquio Cardoso e João Batista da Silva.

### C A P I T U L O   II

#### Dos Objetivos

Art. 6º - Tem a corporação musical a finalidade de enriquecer o patrimônio artístico e cultural do município de Indianópolis, bem como participar de festividades cívicas, religiosas e sociais dentro e fora do Município de acordo com as condições.



Art. 7º - A corporação musical prestará serviços a qualquer entidade e/ou órgão ou pessoa de acordo com as normas e condições estabelecidas, mediante contrato de prestação de serviços com remuneração a ser estabelecida pelo maestro.

Art. 8º - Como incentivo e valorização da Banda, a mesma executará e promoverá retretas em praças, logradouros públicos e outros locais adequados.

### C A P I T U L O    I I I

#### Dos Membros

Art. 9º - Poderão fazer parte da corporação musical, os maestros, músicos e pessoas interessadas no desenvolvimento cultural e artístico do Município.

Art. 10 - Os membros da corporação musical poderão ser:

- a) Honorários;
- b) Beneméritos;
- c) Efetivos.

Art. 11 - Serão membros honorários as pessoas que tiverem prestado relevantes serviços à corporação musical e a comunidade na área artística e cultural do Município.

Art. 12 - Serão membros beneméritos as pessoas que contribuírem de alguma forma para o enriquecimento, engrandecimento e manutenção da banda de música.

Art. 13 - Serão membros efetivos:

- a) Os Fundadores;
- b) Os Maestros;
- c) Os Músicos.

### C A P I T U L O    I V

#### Dos Deveres e Direitos dos Membros

Art. 14 - Serão deveres dos membros efetivos:

- a) - Contribuir para o engradecimento da corporação musical;
- b) - Cumprir os regulamentos, obedecer a diretoria;
- c) - Aceitar e exercer os cargos quando escolhidos;
- d) - Comparecer aos ensaios, apresentações e reuniões com pontualidade;
- e) - Cooperar de toda forma possível para o desenvolvimento da entidade.

Art. 15 - São direitos dos membros efetivos:

- a) - Propor e incentivar a adesão de novos membros para a entidade;
- b) - Propor e discutir assuntos de interesse da banda de música;
- c) - Receber cotas e/ou remunerações que lhe facultar por serviços prestados.

## C A P I T U L O   V

### Da Diretoria

Art. 16 - A corporação musical terá uma diretoria composta de:

- a) - Maestro;
- b) - Contra-mestre;
- c) - Secretário;
- d) - Tesoureiro;
- e) - Diretor Executivo;
- f) - Supervisor;
- g) - Presidente de Honra;
- h) - Conselho fiscal composto por 3 membros;
- i) - Três suplentes.

§ 1º - Os maestros serão músicos e/ou professores que tenham conhecimentos e saibam executar a arte de reger banda de música.

§ 2º - O presidente de honra será escolhido pela diretoria entre as pessoas da comunidade que mais se destacarem na sustentação e manutenção da entidade.

## C A P I T U L O   VI

### Das Competências



**Art. 17 - Compete aos maestros:**

- a) Cuidar do repertório e partituras da banda de música;
- b) Convocar e orientar os ensaios, da corporação musical;
- c) Zelar pela boa apresentação da banda de música;
- d) Zelar pela disciplina e fazer cumprir os horários fixados;
- e) Formar músicos quando a corporação musical necessitar;
- f) Prestar homenagens em nome da banda aos cidadãos que se destacarem no aprimoramento da entidade;
- g) Representar a entidade em eventos oficiais e/ou reuniões de interesse da banda.

**Art. 18 - Compete ao Contra-mestre:**

- a) Substituir o maestro em alguma eventualidade;
- b) Zelar pelo bom êxito da banda de música;
- c) Cooperar com o maestro no cumprimento das outras funções;
- d) Manter escala para a conservação dos instrumentos da banda e local de ensaios.

**Art. 19 - Compete ao Secretário:**

- a) Participar de todas as reuniões da entidade;
- b) Lavrar atas das reuniões da Banda de música;
- c) Manter em dia o arquivo de documentos da banda;
- d) Manter registros de datas de aniversários dos músicos e pessoas, ligadas a banda de música, bem como dados pessoais dos mesmos;
- e) Receber e responder toda correspondência da entidade.

**Art. 20 - Compete ao Tesoureiro:**

- a) Receber e contabilizar recursos financeiros e/ou contribuições em favor da corporação musical;
- b) Efetuar pagamentos aos músicos;
- c) Prestar conta mensalmente de verbas arrecadadas pela entidade;
- d) Trazer em dia os livros de registro do movimento financeiro;
- e) Apresentar balancete semestralmente.

**Art. 21 - Compete ao diretor executivo:**

- a) Procurar apoio e incentivo junto aos órgãos competentes para engrandecimento da entidade;
- b) Realizar viagens para tratar de assuntos relacionados com a banda;

- c) Cuidar de hospedagens e alimentação para a corporação musical ' quando em apresentações fora e dentro do município.

Art. 22 - Compete ao Supervisor:

- a) Supervisionar os locais determinados para as apresentações da banda;
- b) Conferir o instrumental inclusive uniforme da banda constatemente;
- c) Auxiliar o diretor executivo para que seja cumprido as exigências a ele atribuídas.

C A P I T U L O VII

Das Disposições Gerais

Art. 23 - A escolha da diretoria será feita na primeira quinzena de janeiro, com mandato de duração de 02 (dois) anos.

Parágrafo Único - A eleição da Diretoria será realizada a cada 2 (dois) anos, através de voto direto e aberto, após 30 dias de afixado o Edital de convocação.

Art. 24 - Terá como data comemoração de aniversário, da Banda de Musica Municipal de Indianópolis, o dia 02 de julho.

Art. 25 - A posse da diretoria será logo após a escolha dos novos membros.

Art. 26 - As remunerações dos músicos será estabelecida pelos maestros de acordo com as seguintes exigências:

- a) Assiduidade;
- b) Competência;
- c) Zelo;
- d) Organização;
- e) Disciplina;
- f) Comportamento.

Art. 27 - Todo músico é responsável pelo fiel zelo do instrumental e uniforme sob sua responsabilidade.



Art. 28 - O músico que abandonar os ensaios e compromissos da banda constantemente será excluído da banda, ficando obrigado a devolver o instrumental e uniforme sob seu uso.

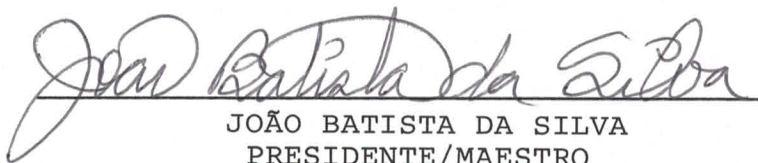
Art. 29 - Este estatuto poderá ser modificado de acordo com as necessidades e deliberações da diretoria.

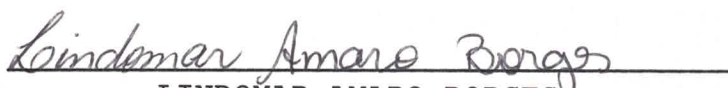
Art. 30 - Os casos omissos serão resolvidos pela diretoria.

Art. 31 - Fica eleito o Foro da Comarca de Araguari, Estado de Minas Gerais, para dirimir as questões judiciais relativas ao presente Estatuto.

Art. 32 - O presente estatuto entra em vigor na data de sua publicação.

Indianópolis-MG, 2 de julho de 1990

  
JOÃO BATISTA DA SILVA  
PRESIDENTE/MAESTRO

  
LINDOMAR AMARO BORGES  
SECRETÁRIO



## "TERMO DE ABERTURA"

Contém este livro 50 folhas, ou seja, 100 páginas numeradas tipograficamente e rubricadas pelo Secretário da "Banda Municipal de Indianópolis", que servirá para registro de atas da Corporação Musical.

Indianópolis, MG, 02 de julho 1990.

Presidente (maestro): *João Batista da Silva*

Secretário: *Lindomar Amaro Borges*

Art. 28 - O músico que abandonar os ensaios e compromissos da banda constantemente será excluído da banda, ficando obrigado a devolver o instrumental e uniforme sob seu uso.

Art. 29 - Este estatuto poderá ser modificado de acordo com as necessidades e deliberações da diretoria.

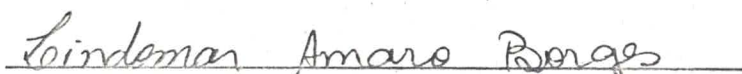
Art. 30 - Os casos omissos serão resolvidos pela diretoria.

Art. 31 - Fica eleito o Foro da Comarca de Araguari, Estado de Minas Gerais, para dirimir as questões judiciais relativas ao presente Estatuto.

Art. 32 - O presente estatuto entra em vigor na data de sua publicação.

Indianópolis-MG, 2 de julho de 1990

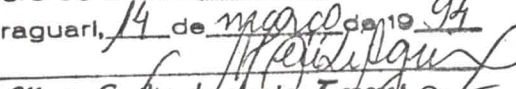
  
JOÃO BATISTA DA SILVA  
PRESIDENTE/MAESTRO

  
LINDOMAR AMARO BORGES  
SECRETÁRIO

Apresentado para registro e apontado  
sob n.º de ordem 5002 no Protocolo  
A N.º 4

REGISTRADO no livro 4 N.º 2 sob  
número de ordem 403 nesta data

Araguari, 14 de março de 1994

  
Maria Cecília de Aguiar Tavares





Ata da Assembléia Geral de constituição da Corporação Musical de Indianópolis, Estado de Minas Gerais. Aos 2 (dois) dias do mês de julho de hum mil novecentos e noventa no salão nobre da sede do Clube Social e Recreativo de Indianópolis, sita-se à rua Iri-  
neu Alves Rabêlo, número cento e dez, sede provisória da Corporação Musical de Indianópolis. As vinte horas reuniram-se em assembléia geral, músicos e pessoas distintas da comunidade local interessadas no desenvolvimento cultural e artístico, para constituição da Corporação Musical do Município, sob a regência dos Maestros: Antonio Eustáquio Cardoso e João Batista da Silva. Considerando que a finalidade da assembléia seria a deliberação para a regularização e constituição da Corporação Musical de Indianópolis, aprovação do estatuto, eleição para escolha dos membros da diretoria e do nome da entidade, assumiu a presidência da mesa o sr. João Batista da Silva, que convidou o maestro/músico Antonio Eustáquio Cardoso para secretário "ad-hoc" da reunião. Prossequindo os trabalhos, o presidente da mesa fez um breve relato sobre a necessidade de regularização da entidade, declarando que passaria em seguida à escolha e votação de elementos para os seguintes cargos: Presidente/Maestro, Contra-mestre, Secretário, Diretor Executivo, Supervisor, Tesoureiro, Presidente de Honra, Conselho Fiscal composto de três membros sob a presidência do primeiro e três suplentes, sendo que seria de dois anos o mandato da diretoria. Após discussão entre o presidente e os presentes, foi apresentada a seguinte chapa: Presidente/Maestro: João Batista da Silva, Contra-Mestre: Antonio Eustáquio Cardoso, Secretário: Lindomar Amaro Borges, Tesoureiro: João de Oliveira, Diretor Executivo: Fábio Alves de Almeida, Supervisor: Marlos Alves de Almeida, Presidente de Honra: Wesley José da Rocha Naves, Conselho Fiscal: João Evangelista de Almeida, Sebastião Aparecido Izidoro, Izione José Ramos, Suplentes: Flávio José Ribeiro, Noberto Fernandes Braga, Romes Fernandes Pereira. O sistema de eleição foi por "aclamação", que recebeu o apoio unanime por todos os presentes. Os eleitos foram empossados em seus respectivos cargos. Em seguida assumiu os trabalhos, da mesa a diretoria eleita que passou para discussão e aprovação o estatuto da entidade que estabelece normas, formas e regulamentação. Após lido e discutido entre os presentes, o estatuto apresentado foi aprovado por unanimidade, podendo sofrer alterações de acordo com as necessidades. Dando sequência aos trabalhos, o presidente/maestro colocou em discussão a escolha para denominação social da entidade, sendo que foram apresentados diversos nomes, ficando de concenso entre os presentes: "Banda de Música Municipal de Indianópolis, tendo como Patrono o ex-professor/maestro: "Bonifácio Batista Vieira", que outrora atuou neste município como maestro da antiga Corporação Musical, contribuindo assim para o enriquecimento e desenvolvimento cultural e artístico do município, além de ter escrito diversas partituras de variadas músicas. A seguir o presidente/maestro agradeceu a presença de todos declarando que trataria dos respectivos registros da entidade, bem como reconhecimento da Banda de Música Municipal de Indianópolis, junto aos órgãos competentes. Nada mais a tratar, o presidente / maestro deu por encerrada a assembléia, e pediu para que fosse lavrada a presente ata que seria devidamente assinada após aprovação. Indianópolis-MG, dois de julho de hum mil novecentos e noventa.

1. / 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31 32 33 34 35 36 37 38 39 40 41 42 43 44 45 46 47 48 49 50 51 52 53 54 55 56 57 58 59 60 61 62 63 64 65 66 67 68 69 70 71 72 73 74 75 76 77 78 79 80 81 82 83 84 85 86 87 88 89 90 91 92 93 94 95 96 97 98 99 100



**EXTRATO DO ESTATUTO SOCIAL DO "INSTITUTO BRASILEIRO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO - IBDC".** Entidade de direito privado, de natureza filantrópica, sem finalidade lucrativa, fundada aos 10/03/1.993. O Instituto tem sede, foro e domicílio nesta cidade de Belo Horizonte, Estado de MG., podendo criar e manter representações regionais e unidades locais em qualquer parte do Território Nacional. Duração: prazo indeterminado. Finalidades, dentre outras: dar apoio técnico e material aos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conselhos Tutelares e outras instituições públicas e privadas à defesa e promoção de menores; incentivar e fiscalizar o cumprimento do Art. 227 da Constituição Federal; do Art. 222 da Constituição do Estado de MG e artigos 49 e 50 do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90, de 13/7/90 nos Municípios). Objeto, dentre outros: implantar um Centro de Estudos e Treinamento de Pessoal visando a capacitação de recursos humanos para desenvolver ações destinadas à promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente marginalizados, envolvendo a participação das universidades, escolas e demais instituições de ensino e pesquisa. Em caso de extinção, o patrimônio do Instituto reverterá a entidade congênere ou de assistência social, desde que registrada no Conselho Nacional de Serviço do Ministério da Educação. Administração: diretoria, composta de um Presidente, um secretário geral, um tesoureiro, um diretor social, um diretor cultural e cinco diretores adjuntos. Cabe ao Presidente representar o Instituto em juízo ou fora dele, podendo delegar poderes. Os membros da diretoria não respondem pessoalmente pelas obrigações que contraírem em nome do Instituto, salvo se exorbitarem das funções que lhes são atribuídas por este Estatuto ou se infringirem determinações legais.

18.692 - X

**EXTRATO DO ESTATUTO DA BANDA DE MÚSICA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS.** Fundada em 2/7/90, entidade civil, sem fins lucrativos, de duração indeterminada, com sede e foro em Indianópolis, tem por objetivo enriquecer o patrimônio artístico e cultural do município, participando de eventos cívico-sociais. Constituída de uma diretoria composta por 1 maestro, 1 contra-mestre, 1 secretário, 1 tesoureiro, 1 diretor executivo, 1 supervisor e 1 presidente de honra, bem como um conselho fiscal composto por 3 membros e respectivos suplentes, sendo vedada a remuneração. Compete ao maestro representar a Entidade ativa e passivamente, em juízo ou fora dele. Os sócios não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais da Entidade. O presente estatuto só poderá ser reformado por deliberação da Assembleia Geral, para este fim especialmente convocada, mediante votação mínima de 2/3 dos sócios presentes. Em caso de dissolução da entidade seu patrimônio se reverterá a uma entidade congênere.

18.693 - X

**EXTRATO DO ESTATUTO DA COOPERATIVA DOS PRODUTORES RURAIS DE MANONAS LTDA.** Sociedade civil sem fins lucrativos fundada aos 08 dias de junho de 1993 no Município de Manonás, com prazo indeterminado de duração, cujo objetivo é a prestação de quaisquer serviços que possam contribuir para o fomento e racionalização das explorações agropecuárias e para melhorar as condições de vida de seus associados. A cooperativa é composta dos seguintes órgãos sociais: Assembleia Geral, Diretoria e Conselho fiscal, sendo a primeira a única com poderes para reformar o Estatuto, e para dissolução, com convocação extraordinária por maioria de 2/3 dos presentes. Seu patrimônio será constituído de bens móveis de sua propriedade, auxílios ou subvenções provenientes de qualquer entidade pública ou privada, contribuições dos associados estabelecidos anualmente pela Assembleia Geral e receitas provenientes da prestação de serviços. Em caso de dissolução, o patrimônio será doado a uma instituição congênere, legalmente constituída, para ser aplicado nas mesmas finalidades. A Diretoria constitui-se de Diretor-Presidente, Diretor-Financeiro e Diretor-Secretário.

18.694 - X

**EXTRATO DOS ESTATUTOS DA ASSOCIAÇÃO DE MÃES DA IGREJA DEUS É AMOR-AMIDAS.** Constituída em 30.05.93, com sua sede e Foro na Cidade de Salinas-MG, com duração indeterminada, sem fins lucrativos. Tem por objetivo cultivar a cordialidade entre os membros, obter soluções para os problemas familiares, e melhorar a qualidade de vida de seus sócios. Foi eleita uma Diretoria Administrativa e Assembleia Geral, constituída de: Presidente e Vice-Presidente, Tesoureira e Secretária e seus respectivos suplentes. Em caso de dissolução da Associação, seu patrimônio será repassado a Igreja Deus é Amor. Salinas-MG.

18.695 - X

**EXTRATO DO ESTATUTO DA LOJA MAÇÔNICA "SPINOZA Nº 181".** Fundação: 21/6/1984 (Solstício de Inverno). Associação civil, sem fins lucrativos, com sede e foro em Belo Horizonte, MG, à rua Itapetinga, 2000. Objetivo: auto-realização do homem através do desenvolvimento de sua consciência teórico-moral. Administração da entidade: diretoria, com mandato de 2 anos, sendo o presidente o representante legal. Compete à Assembleia Geral dos membros da Loja dissolver a Loja, convocada, e composta de, pelo menos, 2/3 desses membros. Em caso de dissolução da SPINOZA 181, seu patrimônio terá o destino previsto nas leis emanadas da Grande Loja Maçônica de Minas Gerais. O estatuto poderá ser derogado ou abrogado, desde que a maioria absoluta dos associados à SPINOZA 181, juntos com esta, o julgar conveniente, após, pelo menos, dois anos de vigência. Os associados à SPINOZA 181 não respondem nem solidariamente nem subsidiariamente pelas obrigações contraídas por aquela. Estatuto aprovado em reunião extraordinária de 27/6/1984, referendada pela Grande Loja Maçônica de Minas Gerais, em 05/7/84.

18.696 - X

**EXTRATO DO ESTATUTO DE "O CAPÍTULO PIRAPORA DA ORDEM DE MOLAY".** O capítulo Pirapora da Ordem de Molay, patrocinado pela Loja Maçônica Deus é Caridade e Justiça é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, com prazo indeterminado, volta da filantropia, compõe-se de número ilimitado de membros, sem distinção de cor, raça, crença,

**EDITAL DE ASSEMBLÉIA GERAL.** O Presidente do Conselho Regional de Medicina do Estado de Minas Gerais no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 9º do Regulamento Interno do CREMEXMG e tendo em vista o disposto no inciso I, do art. 24, da Lei nº 3.268/57, convoca os médicos inscritos nesta Região para Assembleia Geral a ser realizada no dia 10/07/93, às 18:00 horas, em primeira convocação e às 18:30 horas em segunda convocação, à Av. Afonso Pena, 1500-8º andar, nesta Capital, com a seguinte pauta: 1 - Apreciação e deliberação do Relatório e Contas da Diretoria, relativos ao período de 10/01/93 a 30/06/93. Não sendo atingido o número legal para abertura dos trabalhos em 1ª convocação, serão os mesmos realizados em 2ª convocação com qualquer número de Presenças. Belo Horizonte, 07, de julho de 1993. Cons. Adilson Savi - Presidente do CREMEXMG.

7.578 - 656.743 - D - X

**ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - AGE - Associação Mineira de Pequena e Média Empresa - AMIPEME - CGC - 17.514.050/0001-90.** Ficam os senhores associados convocados para a Assembleia Geral Extraordinária - AGE - a ser realizada no dia 15 de julho de 1993, às 8h, na sede da entidade, à Av. Babilônia, nº 786, 2º andar, em Contagem, Minas Gerais. A AGE será instalada em primeira convocação conforme Seção IV, Artigo 16 Parágrafo Único do seu Estatuto. E em segunda convocação, meia hora após com qualquer quorum. Esta convocação será publicada no "Minas Gerais" - órgão oficial do Estado de Minas Gerais - e no "Hoje em Dia". A pauta da referida AGE é a seguinte: Dissolução da atual Diretoria - Eleição da nova Diretoria - Alteração do Estatuto - Assuntos Gerais. (a) Ideu de Oliveira Santos - Presidente AMIPEME - Contagem-MG, 08 de julho de 1993.

18.788 - 174.035 - D - X

**ASSISTÊNCIA AOS ESCOLARES DO BAIRRO SANTO ANTONIO.** A Assembleia Geral, marcada para 10 de julho, foi transferida para 14 (quatorze) de agosto, às 15 horas, na Rua Congonhas, 630. Agenda Relatório e contas de 1992; decisão sobre eleição da Diretoria - Ana Maria Aguiar Rebouças - presidente.

7.632 - 656.794 - D - X

**EXTRATO DO ESTATUTO DO SINDICATO RURAL DE JACINTO.** Entidade sindical de 1º grau, com sede e foro na cidade de Jacinto, localizada no município de Salto da Divisa, Santa Maria do Salto e Santo Antonio do Jacinto, tem por finalidade prestar e adotar medidas cabíveis aos interesses dos associados. A Diretoria será constituída de quatro membros efetivos e quatro membros suplentes e o Conselho Fiscal de três membros efetivos e três membros suplentes. A duração do mandato será de três anos. Para dissolução do Sindicato, sobre o funcionamento de bens imóveis, será exigido o assentimento da maioria dos associados em condições de voto.

7.529 - 656.685 - D - X

**EXTRATO DA ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DA COMUNIDADE DE SOCO VELHO.** A Associação de Pequenos Produtores Rurais de Socó Velho sem fins lucrativos, com sede em Socó Velho, município de Monte Azul/MG, objetivo de contribuir para o fomento técnico e econômico das explorações agropecuárias e para elevar o nível cultural e o bem estar social dos associados, com prazo indeterminado, a área de atuação será em Socó Velho e Socó Verde, a administração será exercida pela Diretoria e a fiscalização pelo Conselho Fiscal com um mandato de 02 (dois) anos, sendo permitida a reeleição, sem remuneração.

7.534 - 656.691 - D - X

**ASSOCIAÇÃO RECREATIVA DOS COLABORADORES DA EMBARE-ALTERAÇÃO ESTATUTO SOCIAL.** Assembleia Geral Extraordinária da 16/01/93, sede social Av. Almirante Tamandará, s/nº, Lagoa da Prata-MG. Ordem do dia: a) reforma estatutária social; b) assuntos gerais. Aprovadas por unanimidade alterações nos artigos 5º, 11º, 29º, 49º, 54º e 61º. O Estatuto, reformado, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 16/01/93, estando por todos os presentes assinado.

7.532 - 656.688 - D - X

**EXTRATO DO ESTATUTO DO NÚCLEO DOS CRIADORES DE CAVALO MANGALARGA MARCHADOR DO NOROESTE MINEIRO.** O Núcleo dos Criadores do Cavalo Mangalarga Marchador do Noroeste Mineiro, sociedade civil sem fins lucrativos, com sede e foro em Paracatu-MG, duração por tempo indeterminado, tem por finalidade, dentre outras: fomentar a criação do cavalo Mangalarga Marchador, buscando o aprimoramento e a divulgação das raças; realizar exposições, feiras, seminários, cursos, provas funcionais, conferências e congressos, tendo por objetivo sempre o Cavalo Mangalarga Marchador. São órgãos de administração da sociedade: assembleia geral; diretoria executiva; conselho fiscal. A diretoria executiva será eleita em assembleia geral, tendo mandato de dois anos, assim composta: diretor presidente, diretor vice-presidente, diretor secretário, diretor tesoureiro e diretor social e de promoções. Compete ao presidente representar a entidade. O conselho fiscal será composto de três membros efetivos e três suplentes, eleitos da mesma forma da diretoria executiva. Os membros da diretoria executiva e do conselho fiscal não poderão, em hipótese alguma, remuneração pelo exercício do mandato. Os sócios eleitos por ocasião da aprovação deste estatuto terão mandato até 15 de novembro de 1995, e os subsequentes terão mandatos biênicos. A posse da diretoria executiva e do conselho fiscal, eleitos, será em sessão solene e dar-se-á até o último dia útil da primeira quinzena de dezembro. Os casos omissos serão resolvidos pela diretoria executiva, "ad referendum" da assembleia geral.

18.457 - 002.785 - D - X

**CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA.** O Dr. Emyr Francisco Soares, Diretor Financeiro do Instituto de Oitos Ltda., conforme disposto no parágrafo Segundo da Cláusula Quarta do Contrato Social vigente, no uso de suas prerrogativas estatutárias convoca: Dr. Paulo Gustavo Galvão, Dr. Christiano Fausto Barreiros Santos e Espírio do Prof. Hilton Ribeiro Rocha, na pessoa de seu representante Dr. Ricardo Neves Rocha, para Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada em primeira convocação no dia 19 (Dezanove) do mês de julho de 1993, às 14:00 horas, na Sala de Reuniões da Diretoria do Instituto Hilton Rocha, à Avenida José do Patrocínio Pontes 1355, Bairro Mangabeiras, nesta Capital, e em segunda convocação para o dia 26 (Vinte e Seis) do mês de julho de 1993, às 14:00 horas, na Sala de Reuniões da Diretoria do Instituto Hilton Rocha, à Avenida José do Patrocínio Pontes 1355, Bairro Mangabeiras, nesta Capital, sob a presidência da seguinte: Eleição da Diretoria do Instituto de Oitos Ltda. (Instituto Hilton Rocha), para o quadriênio 1993-1997. (a) Emyr Francisco Soares - Diretor Financeiro - Instituto Hilton Rocha.

7.530 - 656.686 - D - XXX

**EXTRATO DE CONTRATO.** EXTRATO DE CONTRATO Nº 001/93, firmado em 05/07/93, entre a COMPANHIA URBANIZADORA DE CONTAGEM - CUUCO e CONSTRUTORA JALK LTDA. LICITAÇÃO: Concorrência Pública Nº 001/93. OBJETO: Execução dos serviços e obras de canalização, terraplenagem, drenagem interceptora e coletores de esgoto, pavimentação e obras complementares nas Avenidas Imbuissu, Maracanã e Ipiratanga no Município de Contagem. Valor: R\$ 230.780.000 (trezentos e trinta bilhões, setecentos e oitenta milhões, oito mil, cento e trinta cruzeiros e noventa e um centavos). VIGÊNCIA: 12 (doze) meses contados. SIGNATÁRIOS: CUUCO - Cezar Peixoto Maciel e Assis Evaristo Braga, JALK - José Augusto Silveira de Alkmim.

7.555 - 656.728 - D - X

**CONTRATO - VALOR: R\$ 4.029.378,00 POR MÊS - PARTES: DIMINIS DISTRIBUIDORA S.A. E ASSOCIADOS S.C. VIGÊNCIA: 26.06.93 A 24.06.94 - OBJETIVO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ADVOCACIA - REPRESENTANTES: JOSÉ C. SANTOS / JOAQUIM ALVES PEREIRA.**

7.580 - 656.732 - D - X

**RESULTADO DE LICITAÇÃO.** Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S.A. - CEASA-MG. A Diretoria da CEASA-MG, com fundamento na Lei 9.444/97, após aprovação do Conselho de Administração, deliberou revogar a Licitação Nº 04/93, por interesse público. Contagem, 06 de julho de 1993. (a) Hélio Machado - Presidente.

7.610 - 656.753 - D - X

**RESULTADO DE LICITAÇÃO.** Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S.A. - CEASA-MG. O Diretor Presidente da CEASA-MG, comunica aos interessados que não se efetivou a Licitação Nº 05/93, por falta de proponentes. Contagem, 06 de julho de 1993. (a) Hélio Machado - Presidente.

7.609 - 656.752 - D - X

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO.** Nos termos da Legislação em vigor, ficam convocados, por este Edital, todos os filiados ao PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA.

**EXTRATO DO ESTATUTO DA CAIXA ESCOLAR DA E.M. ANTONIO HONORIO DA SILVA - BETIM.** A Caixa Escolar "ANTONIO HONORIO DA SILVA", localizada no Bairro Liberdade-Betim, sociedade civil com personalidade jurídica própria, terá sua sede e fórum em Betim, Estado de Minas Gerais e se regerá pelo presente Estatuto. A Caixa Escolar tem por finalidade congregar iniciativas comunitárias, objetivando: prestar assistência aos alunos carentes de recursos; contribuir para o funcionamento eficiente e criativo da unidade escolar; promover em caráter complementar e subsidiário, a melhoria qualitativa de ensino; ampliar e melhorar o acervo bibliográfico e instalações de biblioteca; conservar o equipamento e mobiliário da escola; contribuir, na medida do possível, com outras entidades educacionais do município, através de levantamento de recursos próprios, de acordo com as finalidades; colaborar na execução de uma política de correção da Escola como agência comunitária em seu sentido mais amplo. Os objetivos da Caixa serão atingidos através das seguintes medidas: Fomento de alimentação, material escolar, livros didáticos, vestuário, calçado e auxílio para condução, em caráter suplementar; aquisição de material de consumo ou permanente, com finalidade didática e funcional; participação em programas e serviços de educação e saúde, em especial desenvolvidos pela comunidade; execução de pequenos reparos e serviços na parte física e mobiliário da escola; outras medidas compatíveis com a finalidade e os propósitos da Caixa, desde que expressamente autorizadas pelo Colegiado da Escola. É vedado à Caixa Escolar: local movéis; construir móveis sem a prévia autorização da Secretaria Municipal de Educação; conceder empréstimo ou dar garantias de avul, fiança ou calção, sob qualquer forma; empregar subvenções, auxílios ou recursos de qualquer natureza, em desacordo com os projetos ou programas a que se destinam, sem a deliberação do Colegiado; complementar vencimentos ou salários dos servidores ou contrair pessoal para servir na Escola. Para o regular funcionamento dos seus serviços a Caixa Escolar poderá adquirir o material permanente e de consumo que se fizer necessário. A Caixa Escolar não terá fins lucrativos e sua duração será por tempo indeterminado. São associados natos da Caixa Escolar os funcionários e o pessoal de magistério da escola, os alunos bem como os pais ou responsáveis. Poderão ser aceitos como associados outras pessoas da comunidade, que se interessarem e assinaem as atas de participação em Assembleias Gerais do Colegiado. São órgãos administrativos e deliberativos da Caixa Escolar: a Assembleia Geral do Colegiado; o Colegiado e a Direção. Constituem recursos da Caixa Escolar: repasse trimestral de verbas municipais, previstas no orçamento via SEED; doações, subvenções e auxílios que lhe forem concedidos pela União ou pelo Estado, por particulares e entidades públicas ou privadas; associações de classes e quaisquer outras categorias ou entidades comunitárias; renda de exploração de cantina e outros serviços que instituir; venda ou renda de material escolar ou didático; produto de venda de ingressos e demais formas de contribuições para festas, exposições e bazares; contribuições dos alunos, pais ou responsáveis e pessoas da comunidade e de outras iniciativas e promoções. Betim, 29/06/93.

7.685 - 659.721 - X

**EXTRATO DO ESTATUTO DA CAIXA ESCOLAR DA E.M. MARCÍLIO MELO REZENDE - BETIM.** A Caixa Escolar "SUELI FERNANDES FERREIRA", localizada no Bairro Várzea das Flores-Betim, sociedade civil com personalidade jurídica própria, terá sua sede e fórum em Betim, Estado de Minas Gerais e se regerá pelo presente Estatuto. A Caixa Escolar tem por finalidade congregar iniciativas comunitárias, objetivando: prestar assistência aos alunos carentes de recursos; contribuir para o funcionamento eficiente e criativo da unidade escolar; promover em caráter complementar e subsidiário, a melhoria qualitativa de ensino; ampliar e melhorar o acervo bibliográfico e instalações de biblioteca; conservar o equipamento e mobiliário da escola; contribuir, na medida do possível, com outras entidades educacionais do município, através de levantamento de recursos próprios, de acordo com as finalidades; colaborar na execução de uma política de correção da Escola como agência comunitária em seu sentido mais amplo. Os objetivos da Caixa serão atingidos através das seguintes medidas: Fomento de alimentação, material escolar, livros didáticos, vestuário, calçado e auxílio para condução, em caráter suplementar; aquisição de material de consumo ou permanente, com finalidade didática e funcional; participação em programas e serviços de educação e saúde, em especial desenvolvidos pela comunidade; execução de pequenos reparos e serviços na parte física e mobiliário da escola; outras medidas compatíveis com a finalidade e os propósitos da Caixa, desde que expressamente autorizadas pelo Colegiado da Escola. É vedado à Caixa Escolar: local movéis; construir móveis sem a prévia autorização da Secretaria Municipal de Educação; conceder empréstimo ou dar garantias de avul, fiança ou calção, sob qualquer forma; empregar subvenções, auxílios ou recursos de qualquer natureza, em desacordo com os projetos ou programas a que se destinam, sem a deliberação do Colegiado; complementar vencimentos ou salários dos servidores ou contrair pessoal para servir na Escola. Para o regular funcionamento dos seus serviços a Caixa Escolar poderá adquirir o material permanente e de consumo que se fizer necessário. A Caixa Escolar não terá fins lucrativos e sua duração será por tempo indeterminado. São associados natos da Caixa Escolar os funcionários e o pessoal de magistério da escola, os alunos bem como os pais ou responsáveis. Poderão ser aceitos como associados outras pessoas da comunidade, que se interessarem e assinaem as atas de participação em Assembleias Gerais do Colegiado. São órgãos administrativos e deliberativos da Caixa Escolar: a Assembleia Geral do Colegiado; o Colegiado e a Direção. Constituem recursos da Caixa Escolar: repasse trimestral de verbas municipais, previstas no orçamento via SEED; doações, subvenções e auxílios que lhe forem concedidos pela União ou pelo Estado, por particulares e entidades públicas ou privadas; associações de classes e quaisquer outras categorias ou entidades comunitárias; renda de exploração de cantina e outros serviços que instituir; venda ou renda de material escolar ou didático; produto de venda de ingressos e demais formas de contribuições para festas, exposições e bazares; contribuições dos alunos, pais ou responsáveis e pessoas da comunidade e de outras iniciativas e promoções. Betim, 29/06/93.

7.684 - 659.720 - X

**EXTRATO DO ESTATUTO DA CAIXA ESCOLAR DA E.M. MARIA DA CONCEIÇÃO BRITO - BETIM.** A Caixa Escolar "MARIA DA CONCEIÇÃO BRITO", localizada à Rua Visconde de Itaboraí, nº 101, Bairro Jardim Bela-Betim, sociedade civil com personalidade jurídica própria, terá sua sede e fórum em Betim, Estado de Minas Gerais e se regerá pelo presente Estatuto. A Caixa Escolar tem por finalidade congregar iniciativas comunitárias, objetivando: prestar assistência aos alunos carentes de recursos; contribuir para o funcionamento eficiente e criativo da unidade escolar; promover em caráter complementar e subsidiário, a melhoria qualitativa de ensino; ampliar e melhorar o acervo bibliográfico e instalações de biblioteca; conservar o equipamento e mobiliário da escola; contribuir, na medida do possível, com outras entidades educacionais do município, através de levantamento de recursos próprios, de acordo com as finalidades; colaborar na execução de uma política de correção da Escola como agência comunitária em seu sentido mais amplo. Os objetivos da Caixa serão atingidos através das seguintes medidas: Fomento de alimentação, material escolar, livros didáticos, vestuário, calçado e auxílio para condução, em caráter suplementar; aquisição de material de consumo ou permanente, com finalidade didática e funcional; participação em programas e serviços de educação e saúde, em especial desenvolvidos pela comunidade; execução de pequenos reparos e serviços na parte física e mobiliário da escola; outras medidas compatíveis com a finalidade e os propósitos da Caixa, desde que expressamente autorizadas pelo Colegiado da Escola. É vedado à Caixa Escolar: local movéis; construir móveis sem a prévia autorização da Secretaria Municipal de Educação; conceder empréstimo ou dar garantias de avul, fiança ou calção, sob qualquer forma; empregar subvenções, auxílios ou recursos de qualquer natureza, em desacordo com os projetos ou programas a que se destinam, sem a deliberação do Colegiado; complementar vencimentos ou salários dos servidores ou contrair pessoal para servir na Escola. Para o regular funcionamento dos seus serviços a Caixa Escolar poderá adquirir o material permanente e de consumo que se fizer necessário. A Caixa Escolar não terá fins lucrativos e sua duração será por tempo indeterminado. São associados natos da Caixa Escolar os funcionários e o pessoal de magistério da escola, os alunos bem como os pais ou responsáveis. Poderão ser aceitos como associados outras pessoas da comunidade, que se interessarem e assinaem as atas de participação em Assembleias Gerais do Colegiado. São órgãos administrativos e deliberativos da Caixa Escolar: a Assembleia Geral do Colegiado; o Colegiado e a Direção. Constituem recursos da Caixa Escolar: repasse trimestral de verbas municipais, previstas no orçamento via SEED; doações, subvenções e auxílios que lhe forem concedidos pela União ou pelo Estado, por particulares e entidades públicas ou privadas; associações de classes e quaisquer outras categorias ou entidades comunitárias; renda de exploração de cantina e outros serviços que instituir; venda ou renda de material escolar ou didático; produto de venda de ingressos e demais formas de contribuições para festas, exposições e bazares; contribuições dos alunos, pais ou responsáveis e pessoas da comunidade e de outras iniciativas e promoções. Betim, 29/06/93.

7.687 - 659.723 - X

**EXTRATO DO ESTATUTO DA CAIXA ESCOLAR DA E.M. MANOEL SATURNINO DE CARVALHO - BETIM.** A Caixa Escolar "MANOEL SATURNINO DE CARVALHO", localizada no Bairro Serrinha-Betim, sociedade civil com personalidade jurídica própria, terá sua sede e fórum em Betim, Estado de Minas Gerais e se regerá pelo presente Estatuto. A Caixa Escolar tem por finalidade congregar iniciativas comunitárias, objetivando: prestar assistência aos alunos carentes de recursos; contribuir para o funcionamento eficiente e criativo da unidade escolar; promover em caráter complementar e subsidiário, a melhoria qualitativa de ensino; ampliar e melhorar o acervo bibliográfico e instalações de biblioteca; conservar o equipamento e mobiliário da escola; contribuir, na medida do possível, com outras entidades educacionais do município, através de levantamento de recursos próprios, de acordo com as finalidades; colaborar na execução de uma política de correção da Escola como agência comunitária em seu sentido mais amplo. Os objetivos da Caixa serão atingidos através das seguintes medidas: Fomento de alimentação, material escolar, livros didáticos, vestuário, calçado e auxílio para condução, em caráter suplementar; aquisição de material de consumo ou permanente, com finalidade didática e funcional; participação em programas e serviços de educação e saúde, em especial desenvolvidos pela comunidade; execução de pequenos reparos e serviços na parte física e mobiliário da escola; outras medidas compatíveis com a finalidade e os propósitos da Caixa, desde que expressamente autorizadas pelo Colegiado da Escola. É vedado à Caixa Escolar: local movéis; construir móveis sem a prévia autorização da Secretaria Municipal de Educação; conceder empréstimo ou dar garantias de avul, fiança ou calção, sob qualquer forma; empregar subvenções, auxílios ou recursos de qualquer natureza, em desacordo com os projetos ou programas a que se destinam, sem a deliberação do Colegiado; complementar vencimentos ou salários dos servidores ou contrair pessoal para servir na Escola. Para o regular funcionamento dos seus serviços a Caixa Escolar poderá adquirir o material permanente e de consumo que se fizer necessário. A Caixa Escolar não terá fins lucrativos e sua duração será por tempo indeterminado. São associados natos da Caixa Escolar os funcionários e o pessoal de magistério da escola, os alunos bem como os pais ou responsáveis. Poderão ser aceitos como associados outras pessoas da comunidade, que se interessarem e assinaem as atas de participação em Assembleias Gerais do Colegiado. São órgãos administrativos e deliberativos da Caixa Escolar: a Assembleia Geral do Colegiado; o Colegiado e a Direção. Constituem recursos da Caixa Escolar: repasse trimestral de verbas municipais, previstas no orçamento via SEED; doações, subvenções e auxílios que lhe forem concedidos pela União ou pelo Estado, por particulares e entidades públicas ou privadas; associações de classes e quaisquer outras categorias ou entidades comunitárias; renda de exploração de cantina e outros serviços que instituir; venda ou renda de material escolar ou didático; produto de venda de ingressos e demais formas de contribuições para festas, exposições e bazares; contribuições dos alunos, pais ou responsáveis e pessoas da comunidade e de outras iniciativas e promoções. Betim, 29/06/93.





MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL  
CENTRO DE INFORMAÇÕES ECONÔMICO-FISCAIS  
CADASTRO GERAL DE CONTRIBUÍNTES

C G C  
FICHA DE INSCRIÇÃO  
DO ESTABELECIMENTO-SEDE

01 01 PARA USO DA REPARTIÇÃO

1

OBSERVAÇÕES IMPORTANTES

- 1 - CONSULTE O MANUAL DO CONTRIBUINTE C.G.C., AO PREENCHER ESTA FICHA.
- 2 - PREENCHA-A, A MAQUINA, EM 3 (TRÊS) VIAS PERFEITAMENTE LEGÍVEIS.
- 3 - NÃO PREENCHA OS QUADROS DE "USO DA REPARTIÇÃO".
- 4 - DEIXE EM BRANCO OS ITENS EM QUE NADA TENHA A INFORMAR.
- 5 - APRESENTE TODAS AS VIAS AO ÓRGÃO DA SRF DA JURISDIÇÃO DO ESTABELECIMENTO-SEDE.
- 6 - PREENCHA OS CAMPOS DIVIDIDOS EM QUADRINHOS, COLOCANDO CADA LETRA DENTRO DE UM QUADRINHO, A COMEÇAR DO PRIMEIRO.

02 02

ETIQUETA PROTOCOLO DO C. G. C.

86.925.708/0001-79

\* ESTA FICHA, QUANDO AUTENTICADA, SUBSTITUI O CARTÃO C. G. C. PELO PRAZO DE 90 (NOVENTA) DIAS, CONTADOS DA DATA DE RECEPÇÃO (QUADRO 14) OU DA ÚLTIMA DATA DE REVALIDAÇÃO APOSTA NO VERSO.

03 INFORMAÇÕES GERAIS				05 INFORMAÇÕES FINANCEIRAS			
03 INSCRITO ANTERIORMENTE NO C.G.C.?	SIM	X 01 8	NÃO	02 6	07 MÊS DE BALANÇO	08 PERCENTUAL DO CAPITAL	09
04 SOLICITAÇÃO DE BAIXA HA MAIS DE 5 (CINCO) ANOS?	SIM	03 0	NÃO	04 9	1 2 0	DE ORIGEM NACIONAL	01 1 0 0 0
05 NÚMERO DE INSCRIÇÃO ANTERIOR NO C.G.C.	N.º BÁSICO		N.º ORDEM	0 0 0 1	FAIXA DE CAPITAL (Assinale com "X")	DE ORIGEM ESTRANGEIRA	02
			CONTROLE		MENOS DE	ENTRE	MAIS DE
					C\$ 100.000	C\$ 100.000	C\$ 1.000.000
					01 6	X 02 4	03 2
04 RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS				06 NATUREZA JURÍDICA			
06 ASSINALE COM "X" OS TRIBUTOS QUE A SEDE RECOLHER HABITUALMENTE				ASSINALE COM "X" A FORMA DE CONSTITUIÇÃO			
IMPOSTO DE RENDA (DECLARAÇÃO)				EMPRESA INDIVIDUAL (COMERCIO OU INDUSTRIA)			
EXPORTAÇÃO				SOCIEDADE EM NOME COLETIVO			
PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL				SOC. POR COTAS DE RESPONSABILIDADE LTDA.			
IMPORTAÇÃO				SOC. DE CAPITAL E INDUSTRIA			
IMPOSTO DE RENDA (NA FONTE)				SOC. COMANDITA SIMPLES			
IPI				SOC. EM COMANDITA POR AÇÕES			
OPERAÇÕES FINANCEIRAS				SOC. CIVIL COM FINS LUCRATIVOS			
SERVIÇOS DE TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES (FEDERAL)				SOC. EM CONTA DE PARTICIPAÇÃO			
				SOC. COOPERATIVA			
				FILIAL, SUCURSAL, AGÊNCIA DE EMPRESA SEDIADA NO EXTERIOR			
				EMPRESA PÚBLICA			
				SOC. DE ECONOMIA MISTA			
				SOC. ANÔNIMA (CAPITAL FECHADO)			
				SOC. ANÔNIMA (CAPITAL ABERTO)			
				EMPRESA INDIVIDUAL (PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS)			
				FUNDACÃO			
				ASSOCIAÇÃO			
				AUTARQUIA			
				ÓRGÃO PÚBLICO			
07 ATIVIDADE PRINCIPAL DO ESTABELECIMENTO-SEDE							
10 DESCRIÇÃO							
Aprimorar o desenvolvimento artístico e cultural no município, explorando a aptidão da população, através do potencial intelectual-musical.							
11 CÓDIGO							
6 3 5 6							
08 DENOMINAÇÃO							
13 FIRMA OU RAZÃO SOCIAL/DENOMINAÇÃO COMERCIAL							
BANDA DE MÚSICA MUNICIPAL							
DE INDIANÓPOLIS							
14 NOME DE FANTASIA							
BANDA DE MÚSICA BONIFÁCIO							
BATISTA VIEIRA							
09 ENDEREÇO DO ESTABELECIMENTO-SEDE							
15 TIPO (RUA, AV., ETC.)							
RUA							
16 NOME DO LOGRADOURO							
IRINEU ALVES RABELO							
17 NÚMERO							
110							
18 COMPLEMENTO (ANDAR, GALA, ETC.)							
19 BAIRRO OU DISTRITO							
CENTRO							
20 CEP							
38490000							
21 SIGLA DA UF.							
MG							
22 MUNICÍPIO							
INDIANÓPOLIS							
23 CÓDIGO DO MUNICÍPIO							
4 6 1 3							
24 CÓDIGO DA INSPECTORIA							
10 PESSOA FÍSICA RESPONSÁVEL PERANTE O MINISTÉRIO DA FAZENDA							
25 INSCRIÇÃO NO CPF							
NÚMERO BÁSICO							
1 1 2 0 8 4 6 5 6							
CONTROLE							
0 0							
26 NOME							
JOÃO BATISTA DA SILVA							
11 ASSUMO TOTAL RESPONSABILIDADE COM PLENO CONHECIMENTO DO DISPOSTO NA LEGISLAÇÃO VIGENTE							
27 DATA							
Indianópolis, 17 de março de 1994							
28 ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PERANTE O MINISTÉRIO DA FAZENDA							
João Batista da Silva							
12 CONTROLE DE REMESSA DE DOCUMENTOS							
29 PARA USO DO ÓRGÃO RECEPTOR							
CÓDIGO							
7							
ANO							
0 1							
GRUPO							
NÚMERO							
13 RECEPÇÃO NO ÓRGÃO DA JURISDIÇÃO DA SEDE							
CARIMBO DO ÓRGÃO/RUBRICA DO FUNCIONÁRIO							
06.1.09.00-4							
1803-794							
DRF C							
OBERLÂNDIA							
14 PARA USO DO ÓRGÃO LOCAL DA JURISDIÇÃO DA SEDE							
31 DATA DE RECEPÇÃO							
1803-794							
32 MATRÍCULA DO FUNCIONÁRIO							
0605066-2							

MODELO APROVADO PELA INSTRUÇÃO NORMATIVA DO SRF



H



MINISTÉRIO DA ECONOMIA,  
FAZENDA E PLANEJAMENTO  
SECRETARIA DA FAZENDA NACIONAL  
DEPARTAMENTO DA RECEITA FEDERAL

VALIDO ATÉ

30/06/96

NÚMERO DE INSCRIÇÃO

86.925.708/0001-79

ATIVIDADE PRINCIPAL

63.56

NATUREZA JURÍDICA

16 - ASSOCIAÇÃO

CPF DO RESPONSÁVEL

112.084.656-00

ÓRGÃO DA RF

0610900 - UREPLANDIA

FIRMA OU RAZÃO SOCIAL/DENOMINAÇÃO COMERCIAL

BANDA DE MUSICA MUNICIPAL DE INDIANOPOLIS

NOME DE FANTASIA

BANDA DE MUSICA BONIFACIO BATISTA VIEIRA

LOGRADOURO

R IRINEU ALVES RABELO

NÚMERO

110

COMPLEMENTO

CEP

BAIRRO/DISTRITO

38490-000 CENTRO

MUNICÍPIO

INDIANOPOLIS

UF

PIB

4410105

25